

Governo discute dar aumento no Bolsa Família para quem conseguir emprego

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

O argumento é que a medida estimularia a busca dos beneficiários por emprego formal. Integrantes do governo defendem que os beneficiários do Bolsa Família, ou do programa social que vier a substituí-lo, recebam um bônus caso consigam trabalho formal. O argumento é que a medida estimularia a busca por emprego formal, pois, na prática, a família teria um aumento duplo na renda: o salário pago pela empresa e também o bônus transferido pelo programa do governo. O nome do Bolsa Família deve ser alterado para Auxílio Brasil. O benefício assistencial, inclusive com o bônus, deve ter um prazo para ser encerrado após a carteira de trabalho ter sido assinada. Esse período e o valor adicional ainda estão em discussão, pois dependem de Orçamento federal. O governo avalia conceder um bônus de R\$ 200. Uma família cadastrada no Bolsa Família recebe hoje R\$ 190 por mês, valor bem inferior ao salário mínimo em 2021, de R\$ 1.100 por mês, que geralmente é usado como piso para trabalhadores com carteira assinada. Apesar de haver vantagem financeira em buscar trabalho formal, na avaliação de membros dos Ministérios da Cidadania e da Economia, beneficiários do Bolsa Família rejeitam a formalização do vínculo porque deixariam de receber a renda do programa social. Esse argumento e a proposta como um todo geram debates entre especialistas de política pública na área social. Para um grupo, a medida geraria distorções dentro do programa, pois o gasto seria menor com quem está em situação mais vulnerável. O economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social, diz que a medida de estímulo ao emprego formal pode ser relevante, apesar da baixa evidência do efeito preguiça no programa. No entanto, ele lembra que o Bolsa Família está em municípios pobres do país e há dúvidas sobre o comportamento do mercado formal de trabalho nessas regiões. "O Brasil é um país muito diverso e desigual. O programa é bem focalizado nos mais pobres. Tem de ver se há demanda por trabalhadores lá", afirma Neri. Integrantes dos Ministérios da Cidadania e da Economia dizem que há um desestímulo para as pessoas deixarem o Bolsa Família no formato atual, pois, se perdem o contrato de trabalho, elas têm dificuldade para regressar ao programa. Nesse caso, essas famílias teriam de voltar para a fila de espera. Do governo Michel Temer (MDB) até meados de 2019, a fila de espera no programa ficou zerada. Mas, agora, como há menos recursos para o programa do que a demanda, a fila voltou. Na proposta de reformulação do Bolsa Família, o governo estuda também um acesso mais rápido para quem deixou o programa após ter conseguido um emprego e, após o encerramento do contrato, voltar à situação de vulnerabilidade. Para entrar no Bolsa Família, há o critério de renda mensal da família, que não é atualizado desde 2018. Para ser considerada em situação de extrema pobreza, a renda tem de ser de até R\$ 89 por membro da família. Rendimentos entre R\$ 89,01 e R\$ 178 são classificados como situação de pobreza. É possível acessar o programa mesmo sem filhos. No novo programa social, que está em análise pelo governo, a ideia é elevar essas faixas para cerca de R\$ 100, no caso de extrema pobreza, e cerca de R\$ 200, para o critério de pobreza. A proposta é reajustar em valor próximo da inflação do período. O desenho final do programa ainda está em elaboração. A intenção é aumentar o benefício médio por família dos atuais R\$ 190 mensais para R\$ 300 ou mais. A equipe econômica trabalha com um valor próximo de R\$ 300, mas há pressão por um patamar mais elevado. Com essas medidas, o custo do programa tende a subir para mais de R\$ 55 bilhões por ano, isso depende do valor a ser transferido por família. No Orçamento de 2021, a verba para o Bolsa Família é de R\$ 34,9 bilhões.

